

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO  
ESTADO DE SÃO PAULO  
CREDIFISCO

RELATÓRIO  
DA  
ADMINISTRAÇÃO

ANO - 2018

**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Diretor Administrativo da Cooperativa de Crédito Mútuo de Servidores Públicos do Estado de São Paulo – CREDIFISCO no uso das atribuições, com fundamento no artigo 45, Inciso X, do Estatuto Social, convoca os associados, que em 27/03/2019 são em número de 679 (seiscentos e setenta e nove) em condições de votar, para se reunir em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se na Sala de Reuniões, à Avenida Rangel Pestana, 203 – 23º andar – Sé – CEP 01.017-000, em São Paulo – Capital, por falta de espaço físico em sua sede social, no dia 08/04/2019, obedecendo aos seguintes horários e quórum para sua instalação, sempre no mesmo local, cumprindo o que determina o estatuto social: 1) em primeira convocação às 11h00, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados; 2) em segunda convocação às 12h00, com a presença de metade mais um dos associados; 3) em terceira convocação às 13h00, com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte:

**ORDEM DO DIA****ORDINÁRIA:**

1. Prestação de contas do exercício de 2018, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo o Relatório da Gestão, balanços levantados em 30/06 e 31/12/2018, demonstrativo de sobras ou perdas e sua destinação.
2. Destinação das sobras apuradas;
3. Eleição dos membros Conselho Fiscal;
4. Fixação do valor da ajuda de custo dos membros do órgão de Administração e do Conselho Fiscal;
5. Aprovação da Política de Sucessão e Manual de Controles Internos.

Nota: Conforme determina a Resolução 3.442/2007 em seu artigo 26, as demonstrações contábeis do exercício de 2018 acompanhadas do respectivo parecer dos Auditores Independentes estão à disposição dos associados na sede da Cooperativa e no site.

São Paulo, 27 de março de 2019.



Felipe da Silva Muñoz  
Diretor Administrativo

# COOPERATIVA DE CRÉDITO MUTUO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREDIFISCO

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Mútuo de Servidores Públicos do Estado de São Paulo – CREDIFISCO, pelos seus membros abaixo assinados, tendo em vista os resultados das reuniões de verificação realizadas no decorrer do exercício de 2018 e para os fins previstos no artigo 52 e 53 do Estatuto e após examinarem os documentos que compõem o BALANÇO PATRIMONIAL encerrado em 31 de dezembro de 2018, bem como da Demonstração de Resultado (sobras ou perdas), constataram que: a) a escrituração contábil está em perfeita ordem; b) as despesas efetuadas, autorizadas pela Administração, encontram-se dentro das necessidades e possibilidades da cooperativa; c) não tem a cooperativa qualquer questão a resolver com as autoridades do Cooperativismo; d) os valores debitados ao FATES, conforme decisão da Administração, foram aprovados por este conselho e todos os compromissos com terceiros encontram-se rigorosamente em dia. As questões de ordem administrativas, que mereceram destaques no decorrer do exercício foram por nós tratadas com a Administração, nas reuniões mensais, que as explicou a contento e tomou, conforme o caso, as providências recomendadas para a solução.

São Paulo, 01 de abril de 2019.



---

Alcides Bonadio



---

Dorival Nishimoto Novoru



---

Pedro Rosálio da Cunha  
Pereira

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2018 e 31/12/2017**  
(Em Reais)

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo - Credifisco  
CNPJ/MF nº 04.546.162/0001-80

ATIVO		31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO		31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	NOTAS	8.494.577	9.307.515	CIRCULANTE	NOTA	5.109.212	3.048.857
# Caixa - Equivalente de Caixa - Disponibilidade	(NOTA 03)	71.769	31.581	Depósitos à Vista		2.480.250	395.816
# Caixa Equivalente Apl. Interf. de liquidez		4.406.817	4.651.778	Depósitos a Prazo	(NOTA 08-B)	643.639	715.076
# Caixa Equivalente Título e Valores Mobiliários		2.316.925	3.353.819	Cobrança e arrecadação de tributos		353	1.792
# Operações de Crédito	(NOTA 05-C)	1.635.021	1.225.087	Obrigações Sociais e Estatutárias	(NOTA 09)	192.523	119.552
# Outros Créditos	(NOTA 06)	64.044	45.250	Obrigações Fiscais e Previdenciárias	(NOTA 10)	11.652	7.576
				Outras Obrigações	(NOTA 11)	1.780.795	1.809.045
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>8.494.577</b>	<b>9.307.515</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>5.109.212</b>	<b>3.048.857</b>

**NÃO CIRCULANTE**

Operações de Crédito	(NOTA 05-C)	3.153.466	776.944
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>3.153.466</b>	<b>776.944</b>

**PERMANENTE**

# Imobilizado de Uso	(NOTA 07-B)	238.891	235.836
# Intangível	(NOTA 07-D)	196.380	179.937
Depreciação/Amortização Acumulada	(NOTA 07-B-D)	-249.807	-192.162
<b>TOTAL DO PERMANENTE</b>		<b>185.463</b>	<b>223.611</b>

**TOTAL DO ATIVO**

<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>11.833.506</b>	<b>10.308.070</b>
-----------------------	-------------------	-------------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	(NOTA 13)	6.426.831	6.962.911
RESERVAS DE SOBRAS		296.431	339.474
Sobra ou Perdas de Exercício		1.031	(43.172)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>6.724.293</b>	<b>7.259.213</b>

**TOTAL DO PASSIVO**

<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>11.833.506</b>	<b>10.308.070</b>
-------------------------	-------------------	-------------------

**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em Reais)

**Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo - Credifisco**  
CNPJ/MF nº 04.546.162/0001-80

	2º SEMESTRE DE 2018	2.018	2017
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>625.339</b>	<b>1.163.091</b>	<b>1.419.157</b>
Operações de Crédito	408.727	700.496	694.556
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	216.612	462.595	724.601
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	-
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(82.139)</b>	<b>(350.729)</b>	<b>(994.631)</b>
Operações de Captação no Mercado	(19.710)	(42.166)	(73.263)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-	-	-
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(62.429)	(308.563)	(921.368)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>543.201</b>	<b>812.362</b>	<b>424.526</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(512.433)</b>	<b>(801.197)</b>	<b>(467.698)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	-	-	-
Rendas de Tarifas Bancárias	-	-	-
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(200.940)	(406.883)	(376.792)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(341.409)	(597.555)	(1.063.914)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(2.892)	(2.892)	(3.175)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	-	-	-
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	223.460	477.861	1.030.566
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(190.651)	(271.726)	(54.383)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>30.768</b>	<b>11.166</b>	<b>(43.172)</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
RECEITAS NAO OPERACIONAIS	-	-	-
DESPESAS NAO OPERACIONAIS	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>30.768</b>	<b>11.166</b>	<b>(43.172)</b>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-
PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS	(9.876)	(9.876)	-
Estorno lanc	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS</b>	<b>20.892</b>	<b>1.289</b>	<b>(43.172)</b>
F A T E S	-	(129)	-
Reserva Legal	-	(129)	-
<b>SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO</b>	<b>20.892</b>	<b>1.031</b>	<b>(43.172)</b>
<b>JUROS AO CAPITAL</b>	<b>(87.598)</b>	<b>(87.598)</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em Reais)

**Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo - Credifisco**  
**CNPJ/MF nº 04.546.162/0001-80**

	Capital Subscrito	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>7.601.695</b>	<b>339.474</b>	<b>299.226</b>	<b>8.240.395</b>
<b>Ajustes de Exercícios Anteriores</b>				-
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior</b>				
Constituição de Reservas			(299.226)	(299.226)
Integralização/Subscrição de capital	356.939			356.939
(-) Devolução de Capital	-995.722			-995.722
Sobras ou Perdas Líquidas			(43.172)	(43.172)
<b>Destinação das Sobras ou Perdas:</b>				-
. Fundo de Reserva		-	-	-
. F A T E S - Ato Cooperativo			-	-
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>6.962.912</b>	<b>339.474</b>	<b>(43.172)</b>	<b>7.259.214</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>(638.783)</b>	<b>-</b>	<b>(342.398)</b>	<b>(981.181)</b>
<b>Ajustes de Exercícios Anteriores</b>				-
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior</b>				
Reversão do Prejuízo		(43.172)	43.172	-
Integralização/Subscrição de capital	340.506			340.506
(-) Devolução de Capital	(876.586)			(876.586)
Sobras ou Perdas Líquidas			1.289	1.289
FATES - Atos Não Cooperativos				-
<b>Destinação das Sobras ou Perdas:</b>				-
. Fundo de Reserva		129	(129)	-
. F A T E S - Ato Cooperativo			(129)	(128,93)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>6.426.832</b>	<b>296.431</b>	<b>1.031</b>	<b>6.724.293</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>(536.080)</b>	<b>(43.043)</b>	<b>44.203</b>	<b>(534.921)</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em Reais)

**Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo - Credifisco**  
**CNPJ/MF 04.546.162/0001-80**

	2º SEMESTRE DE 2018	31/12/2018	31/12/2017
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Sobras/Perdas do Exercício	118.367	98.764	(43.172)
Participação dos Funcionários nas Sobras	(9.876)	(9.876)	-
Provisão de Juros ao Capital	(87.598)	(87.598)	-
Depreciações e Amortizações	29.494	57.645	52.540
	<u>50.386</u>	<u>58.934</u>	<u>9.368</u>
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS</b>			
Operações de Crédito	(1.181.780)	(2.786.455)	546.259
Outros Créditos	8.941	(18.794)	-
Outros Valores e Bens	-	-	(26.966)
Depósitos	476.332	2.012.998	96.179
Obrigações Sociais e Estatutárias	82.243	72.971	-
Obrigações Fiscais e Previdenciária	(928)	2.637	-
Outras Obrigações	(37.241)	(28.250)	512.610
	<u>(652.432)</u>	<u>(744.893)</u>	<u>1.128.082</u>
<b>CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES</b>	<u>(602.047)</u>	<u>(685.959)</u>	<u>1.137.450</u>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</b>			
Aportes de capital e Investimento (-)	-	-	1.015
Aquisição de Imobilizações de Uso (-)	(3.055)	(3.055)	(54.646)
Aquisições do intangível e Diferido (-)	(15.000)	(16.443)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<u>(18.055)</u>	<u>(19.498)</u>	<u>(53.631)</u>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>			
Aumento por novos aportes de Capital	173.425	340.506	356.939
Devolução de Capital à Cooperados	(630.828)	(876.586)	(995.722)
Estorno de Capital	-	-	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior para Provisão Trabalhista	-	-	(299.226)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-	-	-
FATES Sobras Exercício	(129)	(129)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<u>(457.532)</u>	<u>(536.209)</u>	<u>(938.009)</u>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>			
No início do período	7.873.146	8.037.178	7.891.368
No fim do período	6.795.512	6.795.512	8.037.178

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017**  
(Em Reais)

**01 – Contexto operacional**

A Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo - Credifisco, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 15/07/1977. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela lei complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências. Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
  - ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, por meio da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
  - iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.
- A Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo - Credifisco não possui postos de atendimento (PAs).

**02 – Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações da Lei Complementar 130/2009 bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Desta forma, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pela Diretoria, em sua reunião datada de **janeiro/2019**.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009. Mais a CPC 33- Benefícios a Empregados, conforme Resolução CMN 4.424/2015.. Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

**03 – Principais práticas contábeis adotadas**

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

**a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

**b) Aplicações em títulos e valores mobiliários**

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**c) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

**d) Provisão para operações de Crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/1999 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

**e) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

**f) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

**g) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.



#### h) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### i) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### j) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### k) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a cooperativa tem por diretriz.

#### l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

#### m) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### n) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a lei 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo imposto de renda – IR e contribuição social – CSLL quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

#### o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

#### p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

#### 04 – Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades	71.769	31.581
Aplicações Interfinanceira de Liquidez	4.406.817	4.651.778
Titulos e Valores Mobiliários	2.316.925	3.353.819
<b>Total</b>	<b>6.795.512</b>	<b>8.037.178</b>

#### 05 – Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Emprest.	Financiamento	Total em		Total da Provisão em			
			31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017		
AA			-	-	-	-		
A	0,50%	Normal	4.361.355	65.222	4.426.577	(22.133)	1.293.805	(6.469)
A	0,50%	Vencidas			-	-	-	-
B	1%	Normal	88.882		88.882	(889)	99.631	(995)
B	1%	Vencidas	169.887		169.887	(1.699)	382.101	(3.821)
C	3%	Normal	6.335		6.335	(190)	-	-
C	3%	Vencidas	56.391		56.391	(1.692)	42.464	(1.274)
D	10%	Normal	-		-	-	13.689	(1.369)
D	10%	Vencidas	13.646		13.646	(1.365)	36.539	(3.654)
E	30%	Normal	-		-	-	7.116	(2.135)
E	30%	Vencidas	22.259		22.259	(6.678)	44.361	(13.308)
F	50%	Normal	2.042		2.042	(1.021)	38.131	(19.066)
F	50%	Vencidas	28.658		28.658	(14.329)	101.847	(50.924)
G	70%	Normal	19.557		19.557	(13.690)	37.337	(26.136)
G	70%	Vencidas	59.793		59.793	(41.855)	113.869	(79.708)
H	100%	Normal	12.422		12.422	(12.422)	9.826	(9.826)
H	100%	Vencidas	41.791		41.791	(41.791)	262.582	(262.582)
<b>Total Normal</b>			4.490.593	65.222	4.555.815	(50.344)	1.499.535	(65.996)
<b>Total Vencido</b>			392.424	-	392.424	(109.408)	983.763	(415.271)
<b>Total Geral</b>			<b>4.883.017</b>	<b>65.222</b>	<b>4.948.239</b>	<b>(159.752)</b>	<b>2.483.298</b>	<b>(481.267)</b>
<b>Provisões (-)</b>				<b>(326)</b>	<b>(159.426)</b>		<b>(481.267)</b>	
<b>Total Líquido</b>			<b>4.883.017</b>	<b>64.895,76</b>	<b>4.788.813</b>		<b>2.002.031</b>	

\* Em empréstimos estão contidos os valores das operações renegociadas.

b) Composição da carteira de créditos segregada por faixas de vencimento

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total em 31/12/2018
Empréstimos				-
Total	862.161	1.156.680	2.929.398	4.948.239

Obs.: Não inclui adiantamento a depositantes, cheque especial e conta garantida.

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo produto e atividade econômica:

Setor	31/12/2018			31/12/2017	
		Empréstimo e Financiamento		Total da Carteira	Total da Carteira
Pessoas físicas		4.948.239		4.948.239	2.483.298
Total	-	4.948.239	-	4.948.239	2.483.298

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	481.267	250.356
Constituições/Reversões no período	308.563	961.368
Transferência/Reversões para Prejuízo no período	(630.078)	(730.457)
Total	159.752	481.267

e) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior devedor	252.740	5	138.069	6
10 maiores devedores	1.405.875	29	681.649	28

f) Créditos Baixados como Prejuízo, Renegociados e Recuperados em conformidade com a Resolução n° 2.682/1999 (CMN), artigo 11º, III, os montantes de operações estão assim compostos:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	1.877.163	1.873.996
Valor das operações transferidas no período	630.078	709.869
Valor das operações recuperadas no período	(258.002)	(706.702)
Total	2.249.239	1.877.163

06 – Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Outros Créditos	31/12/2018			31/12/2017	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Adiantamento de Salários	263		263		-
Devedores diversos - país	18.531		18.531		-
Garantia - Dep. p/Interposição Recursos Fiscais	7.559		7.559	7.559	
Garantia - Dep. p/Interposição Recursos Trabalhistas	37.691		37.691	37.691	
Total	64.044	-	64.044	45.250	

(Valores expressos em reais – R\$)

07 – Imobilizado

a) Imobilizações de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Imobilizado de Uso	31/12/2018			31/12/2017		Taxas anuais de depreciação %
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Total líquido	Total líquido	Total	
Edificações	30.000	(16.800)	13.200	14.400		4%
Móveis e equipamentos de uso	119.277	(48.790)	70.487	81.022		10%
Sistema de comunicação	13.823	(8.292)	5.531	4.582		10%
Sistema de processamento de dados	66.991	(53.538)	13.453	20.422		20%
Sistema de segurança	8.800	(6.453)	2.347	4.107		10%
Total	238.891	(133.873)	105.018	124.533		-

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor contábil inferior àqueles preços praticados pelo mercado.

b) intangível

Nesta rubrica registram-se os gastos com benfeitorias em imóveis de terceiros.

Intangível	31/12/2018			31/12/2017		Taxas anuais de amortização %
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total líquido	Total líquido	Total	
Benfeitorias	181.380	(115.934)	65.445	99.078		20%
Marcas e Patentes	15.000		15.000			20%
Total	196.380	(115.934)	80.445	99.078		

08 – Depósitos

a) Composição das operações segregadas por tipo de depósitos.

Descrição	31/12/2018			31/12/2017	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Depósito à vista (1)	2.480.250		2.480.250	395.816	
Depósito a prazo (2)	643.639		643.639	715.076	
Total	3.123.889	-	3.123.889	1.110.892	

(2) - Considera os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

b) Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Aplicador	274.925	43	253.476	39
10 maiores aplicadores	548.315	85	575.562	77

A cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à Resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2014.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

#### 09 – Obrigações sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Dividendos e Bonificações a Pagar	87.598	-
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	11.743	27.206
Cotas de capital a pagar (b)	93.181	92.346
<b>Total</b>	<b>192.523</b>	<b>119.552</b>

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) As cotas de capital referem-se a capital de ex associados.

#### 10 – Obrigações fiscais e previdenciárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições s/ salários	11.652	7.325
<b>Total</b>	<b>11.652</b>	<b>7.325</b>

#### 11 – Outras obrigações

As obrigações diversas, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Outras Obrigações	31/12/2018		Total	31/12/2017
	Circulante	Não Circulante		
Despesas de pessoal	26.794	-	26.794	15.659
Devedores diversos - país (d)	35.529	-	35.529	51.821
<b>Total</b>	<b>62.324</b>	<b>-</b>	<b>62.324</b>	<b>67.480</b>

#### 12 – Provisões para contingências

Considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação dos assessores jurídicos, a Cooperativa, para fazer face às perdas prováveis de demandas administrativas e judiciais, mantém provisão para contingências, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis a Cooperativa apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

Contingências tributárias (a)	985.998	1.127.565
Contingências trabalhistas	732.474	614.000
<b>Total</b>	<b>1.718.472</b>	<b>1.741.565</b>

(a) Referem-se a provisão s/rendimentos de aplicação financeira em Bancos não cooperativos.

#### 13 – Instrumentos financeiros

O CREDIFISCO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

#### 14 – Patrimônio líquido

##### (a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital social	6.426.831	6.962.911

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Total de associados	868	772

##### (b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, com valores de R\$ 296.431 em 31/12/2018 e R\$ 339.474 em 31/12/2017

##### (d) Sobras ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a lei nº 5.764/1971.

##### (f) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sobras /lucro líquido do exercício	88.887	(43.172)
Juros ao capital próprio	(87.598)	-
Reserva legal - 10%	(129)	-
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(129)	-
<b>Total</b>	<b>1.031</b>	<b>(43.172)</b>

A reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

#### 15 – Provisão de juros ao capital

A cooperativa vem provisionando juros ao capital, com a expectativa de que ao final do exercício, remunere o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

16 – Outros dispêndios e despesas administrativas			
Descrição	2º Semestre 2018	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de água, energia e gás	2.327	4.950	4.609
Despesas de aluguéis	11.745	23.740	24.112
Despesas de comunicações	9.244	22.682	48.295
Despesas de contribuições filantrópicas			
Despesas de honorários			
Despesas de manutenção e conservação de bens	2.310	4.760	5.200
Despesas de material	4.008	7.571	11.899
Despesas de pessoal - benefícios	71.396	137.493	125.436
Despesas de pessoal - encargos sociais	32.509	68.580	62.982
Despesas de pessoal - proventos	97.035	200.810	188.375
Despesas de processamento de dados	58.920	99.587	50.970
Despesas de promoções e relações públicas	-	292	
Despesas de propaganda e publicidade	600	1.272	
Despesas de publicações	-	-	590
Despesas de seguros	12.562	19.044	27.066
Despesas de serviços do sistema financeiro	50.219	99.867	91.406
Despesas de serviços de terceiros	19.348	40.592	36.986
Despesas de serviços técnicos especializados	127.971	182.119	73.751
Despesas de transporte	2.092	5.600	4.831
Despesas tributárias	2.892	2.892	3.175
Outras despesas administrativas	40.063	85.480	684.198
<b>Total</b>	<b>545.241</b>	<b>1.007.330</b>	<b>1.443.881</b>

17 – Outros ingressos e receitas operacionais			
Descrição	2º Semestre 2018	31/12/2018	31/12/2017
De Operações de Crédito	408.727	700.496	694.556
De Operações com títulos e valores mobiliários	216.612	462.595	724.601
De Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	227.100	481.500	706.072
De Outros Ativos Financeiros			
<b>Total</b>	<b>852.439</b>	<b>1.644.592</b>	<b>2.125.229</b>

18 – Outros dispêndios e despesas operacionais			
Descrição	2º Semestre 2018	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de juros ao capital	87.598	87.598	-
Outras despesas operacionais	7.964	282.249	26.919
<b>Total</b>	<b>95.562</b>	<b>369.848</b>	<b>26.919</b>

#### 19 – Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central do Brasil, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais.

Saldo das operações ativas e passivas no exercício de 2018 e 2017:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	% em relação à carteira total
Saldo das operações ativas	59.448	198.265	1,2
Saldo das operações passivas			%

#### (a) Detalhamento das operações ativas:

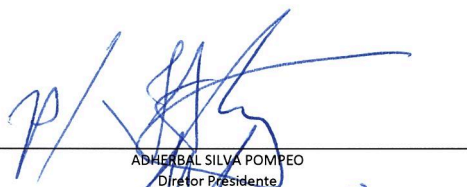
OPERAÇÕES ATIVAS			
Natureza da Operação de Crédito - Transações com partes relacionadas	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação Crédito em relação à carteira total
Empréstimo / financiamento	59.448	297	1,2%


(b) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

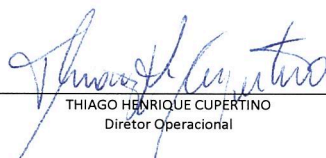
Natureza das Operações Ativas e Passivas - Transações com partes relacionadas	Taxas aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxas aplicadas pelo Conselho de Administração/Diretoria	% em relação à carteira total - saldo no exercício 2018
Empréstimo / financiamento	3,44	3,44	1,2%

#### 20 – Índice de Basileia

O Patrimônio de Referência (PR) da cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de R\$ 6.643.848,22, em 31 de dezembro de 2018.

  
ADHERBAL SILVA POMPEO  
Diretor Presidente

  
FELIPE DA SILVA MUNOZ  
Diretor Administrativo

  
THIAGO HENRIQUE CUPERTINO  
Diretor Operacional

  
DACIO GAVA  
Contador (a)  
TEC CRC: 1SP-151926/O-5

**COMPOSIÇÃO DO CONSELHO PARA ELEIÇÃO 2019/2021****CONSELHO EFETIVO:**

ALCIDES BONADIO – MATRÍCULA 628

CARLOS MANUEL DE PAULA DINIZ DA SILVA – MATRÍCULA 1579

ÁQUILA NEVES CHAVES – MATRÍCULA 1667

**CONSELHO SUPLENTE:**

DORIVAL NISHIMOTO NOVORU – MATRÍCULA 463

RICARDO DA SILVA PICOS – MATRÍCULA 283

GUILHERME CASSOLI JACOB – MATRÍCULA 1477